

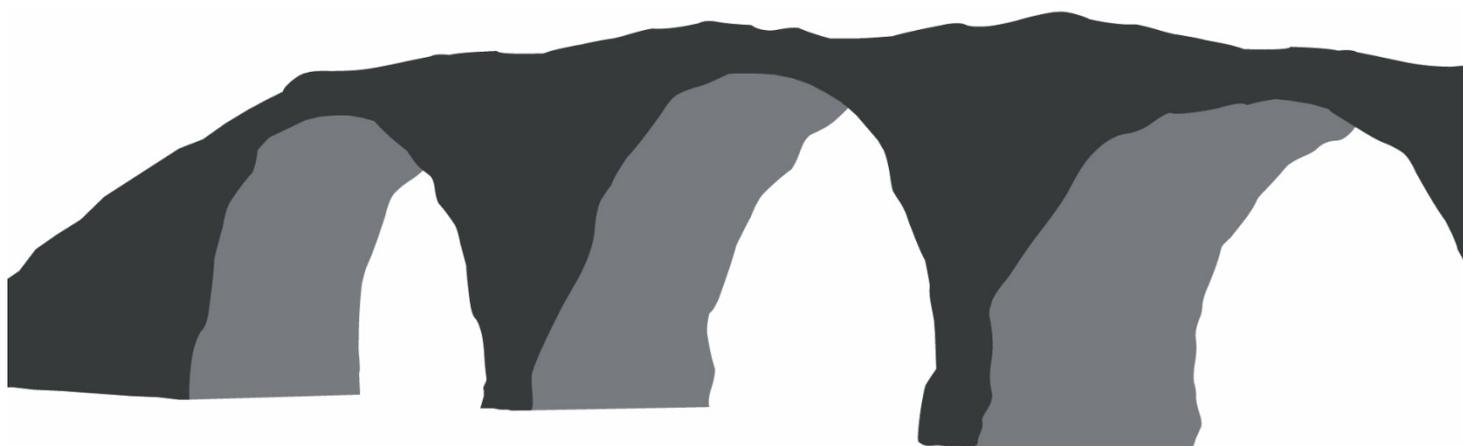
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 17 | Número 1 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

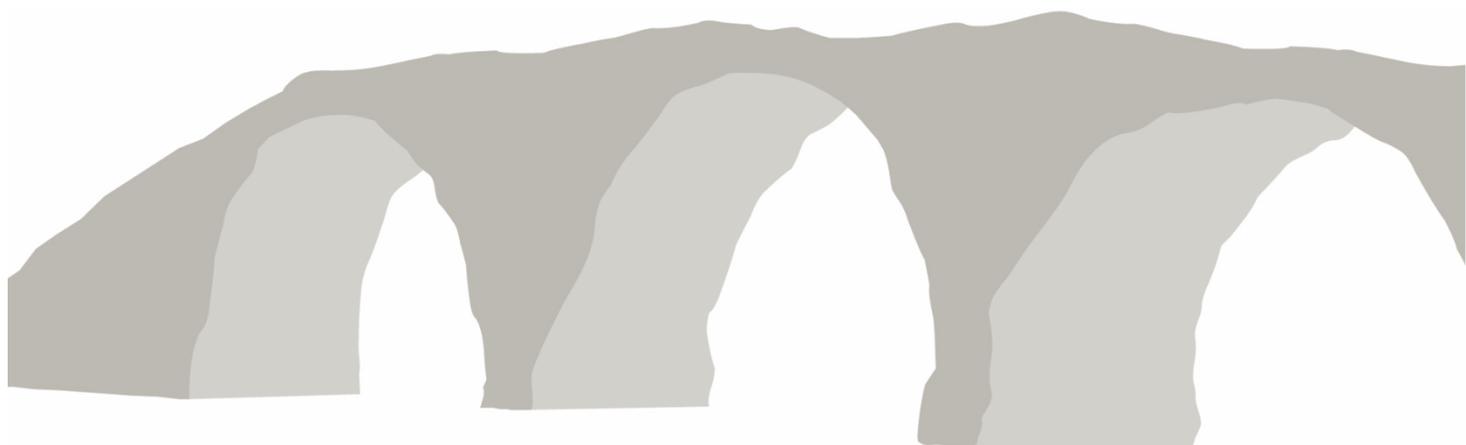
**TEORIA, EMPIRIA E A QUESTÃO DA INTERPRETAÇÃO NA PRÁTICA
ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA**

**TEORÍA, LO EMPÍRICO Y EL PROBLEMA DE LA INTERPRETACIÓN EN LA
PRÁCTICA ARQUEOLÓGICA BRASILEÑA**

**THEORY, EMPIRICISM, AND THE ISSUE OF INTERPRETATION IN THE
BRAZILIAN ARCHAEOLOGICAL PRACTICE**

Luis Symanski





Submetido em 08/11/2023.

Revisado em: 20/12/2022.

Publicado em 24/01/2023.

TEORIA, EMPIRIA E A QUESTÃO DA INTERPRETAÇÃO NA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA

TEORÍA, LO EMPÍRICO Y EL PROBLEMA DE LA INTERPRETACIÓN EN LA PRÁCTICA ARQUEOLÓGICA BRASILEÑA

THEORY, EMPIRICISM, AND THE ISSUE OF INTERPRETATION IN THE BRAZILIAN ARCHAEOLOGICAL PRACTICE

Luis Symanski¹

RESUMO

Pretendo, neste texto, defender uma perspectiva disciplinar da prática arqueológica, reconhecendo o potencial único da arqueologia na produção de conhecimento sócio-histórico com base no estudo da materialidade humana em suas dimensões espacial e temporal. Na primeira parte, busco caracterizar, sucintamente, as perspectivas teóricas radicais que embasam as críticas mais vorazes que têm sido feitas à prática arqueológica, e levanto alguns questionamentos sobre os fundamentos e o alcance dessas críticas. A seguir, revisito algumas noções básicas sobre a identidade disciplinar da arqueologia e suas especificidades com relação às nossas disciplinas irmãs da antropologia e história. Por fim, busco explorar, com base em alguns exemplos das pesquisas que venho conduzindo desde 2012 no norte fluminense, o que considero o potencial único da pesquisa arqueológica histórica na produção de conhecimento sócio-histórico sobre o nosso passado recente.

Palavras-chave: teoria arqueológica, crítica radical, disciplinaridade, escravidão.

¹ Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Rua Gonçalo Coelho, 135/204, Cidade Nova, Belo Horizonte, Minas Gerais, 31170-040. Email: claudio.symanski@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2652-2697>

RESUMEN

Pretendo, en este texto, defender una perspectiva disciplinaria de la práctica arqueológica, reconociendo el potencial único de la arqueología en la producción de conocimiento socio-histórico a partir del estudio de la materialidad humana en sus dimensiones espacial y temporal. En la primera parte busco caracterizar brevemente las perspectivas teóricas radicales que subyacen a las críticas más voraces que se han hecho a la práctica arqueológica, planteando algunos interrogantes sobre el fundamento y alcance de estas críticas. A continuación, reviso algunos conceptos básicos sobre la identidad disciplinaria de la arqueología y sus especificidades en relación con nuestras disciplinas hermanas de la antropología y la historia. Finalmente, busco explorar, a partir de algunos ejemplos de la investigación que vengo realizando desde 2012 en el norte de Río de Janeiro, lo que considero el potencial único de la investigación arqueológica histórica en la producción de conocimiento sociohistórico sobre nuestro pasado reciente.

Palabras clave: teoría arqueológica, crítica radical, disciplinarietà, esclavitud.

ABSTRACT

I intend, in this paper, to defend a disciplinary perspective of the archaeological practice, recognizing archaeology's unique potential for the production of socio-historical knowledge based on the study of human materiality in its spatial and temporal dimensions. In the first part, I briefly characterize the radical theoretical perspectives that underlie the most voracious criticism that has been made to the archaeological practice and I raise some questions regarding the basis and scope of these criticism. Next, I revisit some basic notions about the disciplinary identity of archaeology and how it differs from anthropology and history. Finally, I use some examples of the research I have been conducting in the north of Rio de Janeiro to address what I consider the unique potential of historical archaeological research for the production of socio-historical knowledge about our recent past.

Keywords: archaeological theory, radical critique, disciplinarity, slavery.

INTRODUÇÃO

A arqueologia em geral, e a arqueologia histórica em particular, vêm se deparando, nessas primeiras décadas do século XXI, com uma série de ataques. Esses ataques vêm sendo perpetrados dentro de suas próprias fronteiras disciplinares, tendo como alvo as formas de produção de conhecimento desenvolvidas no Ocidente desde o Iluminismo e que envolvem, assim, desde o questionamento da própria noção de disciplina até a legitimidade do arqueólogo em produzir conhecimento sobre o passado humano ou sobre os grupos humanos do passado. Pretendo, neste texto, tecer algumas reflexões sobre aquelas que eu considero as críticas mais vorazes que têm sido feitas à prática arqueológica. Em seguida, buscarei explorar, com base nas pesquisas que venho conduzindo desde 2012 no norte fluminense, o que considero o potencial único da pesquisa arqueológica histórica na produção de conhecimento sócio-histórico sobre o nosso passado recente. Para reconhecer esse potencial, considero necessário, embora pareça trivial, revisitar algumas noções básicas sobre o que é a arqueologia e o que a diferencia de disciplinas com propósitos similares, como a antropologia e a história (Symanski, 2014).

A ARQUEOLOGIA SOB O FOGO CRUZADO

O movimento pós-moderno teve como uma das suas principais características a incredulidade nos discursos e modelos teóricos que se colocavam como verdade absoluta, as chamadas metanarrativas. O pós-modernismo colocou em xeque a premissa mais básica do Iluminismo, que diz respeito ao uso da racionalidade para explicar os fenômenos do mundo e, assim, abordar e resolver os problemas humanos. Na arqueologia isso se refletiu em uma relevante crítica ao ideal objetivista da arqueologia processual, abordagem teórica então dominante no mundo anglofônico e, assim, à premissa de que o dado arqueológico reflete passivamente comportamentos humanos do passado que são condicionados por imperativos econômicos. Por outro lado, esse movimento se caracterizou também pela crítica ao essencialismo, no sentido de que existe um mundo real que é composto por propriedades essenciais, as quais devem ser independentemente estudadas. Ao questionar o essencialismo, a própria noção de disciplinaridade, que foi um produto do Iluminismo, foi desafiada. Essa rejeição da realidade objetiva do mundo (denominada de anti-realismo) fez com que os adeptos dessa perspectiva abandonassem o ideal de produção de conhecimento, o qual exige o uso de uma sistemática disciplinar, sob o argumento de que a inexistência de uma realidade objetiva acarreta na impossibilidade de haver alguma forma correta de se produzir conhecimento. Dessa forma, o que se convencionou chamar de conhecimento consiste somente em interpretações, as quais são sustentadas por regimes autoritários de verdade e poder. Consequentemente, a produção acadêmica consiste em não mais do que narrativas, não diferentes de uma produção literária. Essas narrativas, por sua vez, servem para revelar muito mais sobre os valores e ideais do autor do que sobre o suposto objeto estudado (Barnard, 2004; Cooke, 2006; Knapp, 1996).

A perspectiva pós-colonialista, que emergiu no final dos anos 70, deu continuidade à crítica pós-moderna, atacando o ideal de objetividade modernista e assumindo o anti-essencialismo, tendo como um de seus principais alvos a noção essencialista do conceito de cultura. Nessa perspectiva, o conceito de cultura, tradicionalmente empregado pela antropologia e arqueologia, foi atacado como uma estratégia colonialista que tem por propósito fixar a identidade dos colonizados e ignorar a complexidade da experiência colonial, a começar pela fluidez e hibridismo das configurações culturais que emergem dos encontros entre colonizadores

e colonizados. Essa perspectiva levou a reflexões sobre o papel da arqueologia no empreendimento colonialista, como uma disciplina que tem por propósito controlar o passado das populações nativas e subalternizadas, sob a justificativa científica da produção de um conhecimento geral sobre a humanidade (Gosden, 2001; Rizvi, 2008).

Já entrando nos anos 90, a crítica decolonial, em sua denúncia às formas coloniais de dominação ainda vigentes na América Latina, passou a realçar as categorias de ordem política, a exemplo de classe, nação e gênero, como uma forma de ruptura com os autores eurocêtricos que eram ainda influentes na perspectiva pós-colonial (Ballestrin, 2013). Teóricos como Walter Mignolo (2003) e Aníbal Quijano (2000) começaram a analisar a colonialidade do poder que mantém ainda vigente as estruturas de dominação coloniais, vitimizando as populações subalternizadas e criando uma hierarquia étnico-racial global a partir do controle da economia, da autoridade, da natureza, do gênero e da sexualidade, e da subjetividade e do conhecimento. Essa colonialidade do poder está intrinsecamente ligada à modernidade, atuando, assim, em todas as esferas da vida pessoal e coletiva. Nessa perspectiva a ciência, como uma das expressões da colonialidade do poder, consiste, logicamente, em uma prática colonialista e, assim, violenta, à medida que rejeita as formas de conhecimento locais. A arqueologia, enquanto disciplina científica, gera e reproduz essa violência, ao visar produzir a história do outro a partir das práticas e valores ocidentais modernos, tratando-se assim de uma ontologia que tenta dominar e suprimir as ontologias locais (Haber, 2013). Dessa forma, operações triviais da arqueologia, como classificar um objeto como arqueológico e, assim, inseri-lo na legislação pertinente, são vistas como práticas de renovação do colonialismo (Haber, 2012, p. 119).

A crítica ontológica, capitaneada por Bruno Latour, alinha-se em vários pressupostos às perspectivas esboçadas acima. Em suas etnografias da prática científica Latour buscou demonstrar que os fatos científicos eram, antes do que fatos que existiriam a priori, produtos de redes de relações, sendo sustentados pela atuação das instituições que os produziam. Ou seja, por serem criados por instituições científicas, antes do que terem uma existência a priori, os fatos científicos eram, em realidade, construções sociais (Latour & Woolgar, 1979). Como construções sociais, interessava primeiramente entender o complexo processo que levou à construção desses fatos. Esses processos seriam decorrentes de redes de relações que conectam simetricamente uma multitude de agentes (ou atuantes) humanos e não humanos. Essa perspectiva considera que a separação entre humanos e não humanos é arbitrária, fruto da segmentação modernista do mundo (Latour, 1988). Na arqueologia, os adeptos da abordagem simétrica focam no complexo processo de tradução dos vestígios arqueológicos em uma publicação final, defendendo que todas as entidades envolvidas (humanas e não-humanas) atuam como co-criadoras desse conhecimento. Esse conhecimento, portanto, é socialmente produzido, sendo que o "social" dirá respeito às redes de relações entre os humanos e os não-humanos (Witmore, 2007; 2014). A crítica também recai na concepção linear e cronométrica de tempo, considerada equivocada sob a premissa de que o passado continua a existir no presente, posto que coisas do passado ainda são operantes no presente (Shanks, 2007). Dessa forma, a arqueologia simétrica tem por meta abandonar a busca do significado para entender como os seres humanos vivem misturados e emaranhados com o mundo (Witmore, 2014).

Logicamente, todas essas perspectivas estimularam mudanças significativas na prática arqueológica, que incluíram, por um lado, uma participação mais efetiva das comunidades locais nas pesquisas arqueológicas, o desenvolvimento de leis de repatriamento cultural, como é o caso do NAPGRA (o Ato de Proteção e Repatriação dos Sepultamentos dos Nativos Americanos), e as arqueologias indígenas, que dizem respeito à produção do conhecimento arqueológico pelos próprios nativos, em um diálogo entre suas ontologias e a

ontologia ocidental. Essas críticas geraram uma maior consciência da subjetividade do arqueólogo e do papel do contexto social, do qual ele é um produto, no processo interpretativo (Knapp, 1996; Gosden, 2001). Por outro lado, tais perspectivas radicais são também sujeitas a uma série de críticas. O construcionismo social – ou relativismo epistêmico, nos dizeres de Sokal e Bricmont (1998, p.52-53) – compartilhado por essas abordagens, qual seja, a proposição de que não existe uma realidade objetiva, pois o que se chama de conhecimento é simplesmente uma construção social, é atacado pelos adeptos do realismo filosófico, corrente que enfatiza a completa independência ontológica da realidade em relação aos nossos esquemas conceituais (Castañon, 2004; Sayer, 1997). O físico Alan Sokal, por exemplo, ironicamente convidou aqueles que defendem que as leis da física são meras convenções sociais a saltarem da janela do seu apartamento no 21º andar para, assim, transgredirem essas convenções (Sokal, 2008).

De uma forma menos irônica, a rejeição das condições objetivas de existência significa a própria rejeição das condições estruturantes que levam à reprodução da exploração social, da miséria e da violência. Assim, corremos o risco, sob o manto do cinismo e do hiper-relativismo, de tornarmo-nos alienados ou insensíveis às estruturas de desigualdade que demarcam a nossa existência social e, talvez ainda pior, de minimizarmos o abuso político-ideológico da história que é sistematicamente promovido pelos governos totalitários e fundamentalistas, conforme destaca Hobsbawm (1997). Este autor demonstra preocupação com a onda pós-moderna que se instalou, sobretudo nos departamentos de literatura e de antropologia das universidades ocidentais, fundamentada na máxima de que “...todos os fatos que alegam existência objetiva são simplesmente construções intelectuais”. Essa indistinção entre fato e ficção gera, segundo Hobsbawm, uma confusão que acaba por espantar mesmo o historiador mais militantemente anti-positivista. Temos de fato presenciado nos últimos anos, com estupefação, o crescimento do fanatismo religioso, do movimento anti-vacinas, do terraplanismo, dos ataques às universidades, e do negacionismo da ciência, justamente em um momento em que a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais estão guiando o mundo para um ponto sem retorno de mudanças climáticas radicais que afetarão a vida de toda a humanidade. Neste cenário negacionista e anti-intelectualista típico dos movimentos fascistas (Stanley, 2018), essa relativização da verdade que tem sido estimulada por determinados discursos acadêmicos pode resultar em uma tentativa de apagar a fogueira com o uso de gasolina.

Para o caso da nossa arqueologia temos testemunhado a radicalização do discurso embasado nessas perspectivas, tornando-se cada vez mais comum lermos artigos de colegas com declarações do tipo: “o passado é a maldição indelével da arqueologia”, “é preciso destruir o passado como categoria europeia e fundante da arqueologia” e “a arqueologia é uma prática que produz desigualdade e violência”.

Para o caso da primeira citação, é bastante óbvia a posição do autor, que considera o conceito de passado como uma construção social modernista e, portanto, colonizadora. Assumir essa posição implica em assumir que não existe história. Porém, se a história não existe, o que nós, enquanto arqueólogos, fazemos, ou deveríamos fazer? Pois, se o passado é uma dimensão irrelevante, o genocídio indígena, perpetuado durante os mais de 500 anos de colonização das Américas, também se torna irrelevante; o mesmo ocorre com o crime contra a humanidade mantido pelos mais de 350 anos de escravização de africanos no Brasil; ou o Holocausto contra judeus, ciganos, pessoas não-heteronormativas e portadoras de deficiência pelos nazistas e seus aliados há menos de um século; ou o terrorismo de Estado instalado nos países do cone Sul poucas décadas atrás, que fez milhares de vítimas. Retorno, por fim, às condições estruturantes da existência social no nosso país, que são produto do nosso passado escravista, e que reproduzem uma das sociedades mais desiguais do mundo (Souza, 2017).

Por outro lado, a outra crítica que vem das nossas trincheiras internas, da arqueologia como “uma prática violenta e geradora de desigualdades”, tende a chocar a maioria de nós, que consideramos que o nosso trabalho contribui, de alguma forma, para o melhoramento da nossa sociedade, seja pela educação, pois muitos de nós somos educadores e temos orgulho de ensinar o nosso ofício para as novas gerações; seja por trazeremos à tona histórias de grupos subalternizados e invisibilizados; seja por buscamos expor os mecanismos de opressão e de geração de desigualdades do passado e que ainda são operantes no presente. Essa crítica, contudo, toca em uma questão delicada, pois inicia buscando o seu fundamento nas próprias raízes evolucionistas e colonialistas da arqueologia, e para a qual há diversos exemplos na literatura da área, como a arqueologia racista do regime nazista, focada nas origens e na expansão da suposta raça ariana (Arnold, 2006); a arqueologia colonialista, que rejeitava a criatividade cultural das populações vitimizadas pelo colonialismo, como no caso das ruínas do Zimbábue (Trigger, 1984); ou, mais recentemente, os grandes projetos de engenharia, que destroem sítios e paisagens sagradas das populações nativas, não sem antes esses lugares serem liberados pelos arqueólogos, seja por meio da recuperação dos vestígios dessas populações, seja pela emissão de pareceres que permitem a destruição de lugares sagrados pelo fato desses lugares não apresentarem vestígios arqueológicos.

Apesar desses casos, cabe, contudo, a generalização de que a prática arqueológica é sempre violenta e geradora de desigualdade? A forma que essa crítica vem sendo feita recai novamente na perspectiva ontológica, na qual os arqueólogos, portadores de uma ontologia científica ocidental, abordam os seus vestígios com base nessa ontologia e, assim, sufocam a ontologia local. Dentre os remédios propostos estão a integração da comunidade local na interpretação arqueológica, em uma inversão bastante problemática da nossa prática, em que o único entendimento relevante é o local. Isto leva a uma evidente contradição ontológica, posto que, na qualidade de arqueólogos, aplicamos métodos disciplinares, que exigem uma sistemática própria. Porém, ao colocarmos sobre a população local a responsabilidade interpretativa, temos como resultado interpretações não-disciplinares, realizadas por pessoas que desconhecem essa sistemática. Sob uma perspectiva ética, corremos o risco de cair na armadilha do alocronismo, no sentido atribuído a este termo por Fabian (1983), de negação da coevalidade ao outro, pois acabamos por culturalmente congelar essas pessoas, implicitamente assumindo que não ocorreram mudanças em suas práticas sociais e em suas estruturas de significados ao longo dos séculos que separam o arqueológico da comunidade. A fim de evitarmos tanto a contradição ontológica quanto o risco alocrônico nos restaria somente abandonar a prática arqueológica tradicional, e assim essa “maldição do passado”, e fazermos seja uma etnografia arqueológica ou uma arqueologia etnográfica, documentando os relatos, as reminiscências, as memórias e os valores que a população local atribui a determinados lugares, sítios e materialidades. Contudo, ao nos refugiarmos no porto seguro do presente para mantermos a sensação apaziguadora de que os valores e as memórias locais não foram atropelados pela nossa ontologia acadêmica ‘colonialista’, não corremos o risco de nos tornarmos simplesmente cronistas ou memorialistas de pessoas e de lugares, ou em pouco mais do que historiógrafos da oralidade? E conseguimos, de fato, por meio desses estratagemas, superar a violência colonial? Não estamos, de uma certa forma, reproduzindo uma relação de exploração ao transformarmos as narrativas e entendimentos locais em textos acadêmicos que capitalizarão a nossa posição social, nos dando prestígio e status no mundo acadêmico?

Tenho me questionado muito, sobretudo nesses tempos obscuros em que temos vivido, sobre até que ponto é sensato desqualificarmos a nossa própria prática arqueológica e, por conseguinte, o exercício de uma profissão que somente recentemente foi reconhecida depois de décadas de luta da nossa comunidade. Afinal, a prática da arqueologia exige de nós o domínio de um extremamente complexo corpo de conhecimentos, tanto no que concerne à coleta dos dados, quanto à análise e, finalmente, à interpretação. Esse corpo de

conhecimentos foi desenvolvido ao longo de 200 anos de trajetória da disciplina arqueológica, uma disciplina que tem, em sua essência, e nunca é demais lembrar, o objetivo de produzir informações sobre o passado humano a partir do estudo da materialidade.

POR UMA ARQUEOLOGIA DISCIPLINAR

Talvez seja importante, nesses tempos de autocríticas destrutivas, revisitarmos uma literatura básica e, assim, retornarmos a questões que podem ser tidas como banais pelos espíritos mais elevados, questões essas relacionadas à delimitação do nosso campo disciplinar, para esclarecermos os pressupostos básicos de nossa disciplina. Refiro-me, mais especificamente, a Willey e Phillips (1958), e sua simples caracterização do que se trata a arqueologia. Consideremos daí os três níveis de organização de uma disciplina: observação, descrição e explanação/interpretação. Na prática arqueológica o nível da observação diz respeito à coleta e documentação dos dados, qual seja, o trabalho de campo. Os dados que coletamos em campo dizem respeito à produção, uso e descarte da cultura material, que consiste nos resíduos materiais das práticas sociais. Essa coleta exige uma sistemática complexa e um conhecimento técnico apurado, somente obtido através da prática. Ao que corresponde essa etapa nas nossas disciplinas irmãs da antropologia e da história? Há uma enorme diferença nesse domínio da observação e da coleta de dados entre essas disciplinas, entre a observação etnográfica, que diz respeito às pessoas em ação em uma comunidade ou contexto; a observação historiográfica, referente sobretudo ao estudo dos documentos escritos presentes em arquivos; e a observação arqueológica, focada nos resíduos, contextualizados, das práticas sociais do passado, usualmente obliterados pela ação do tempo e pela sedimentação.

O domínio da descrição, por sua vez, diz respeito a como processamos, organizamos e sistematizamos os nossos dados primários, ou seja, como produzimos informações básicas, com base naquele extremamente complexo universo que diz respeito aos dados coletados. Nessa etapa, buscamos identificar aqueles resíduos em suas dimensões tecnológicas, morfológicas e estilísticas, traçar relações entre os elementos observados, inferir seus possíveis usos e propósitos, analisar como se relacionam contextualmente e, por fim, como se articulam com as esferas da vida social. Tratam-se, como no caso da observação, de sequências de operações extremamente complexas e que também exigirão um conhecimento técnico e metodológico apurado. Neste domínio ainda encontraremos poucos paralelos tanto com as operações efetuadas pelos etnógrafos quanto pelos historiadores, embora tanto os dados etnográficos (incluindo a oralidade) quanto os historiográficos possam e devam ser utilizados, para uma melhor compreensão dos usos, funções, e mesmo possíveis significados do universo material contemplado.

Por fim, o terceiro nível, o da explanação, da interpretação ou da síntese, consistirá em empregar os resultados dessa sistematização para caracterizar e entender a dinâmica das práticas do passado em seus aspectos econômicos, sociais e simbólicos. É neste domínio que buscamos produzir um conhecimento de caráter sócio-histórico que pouco diferirá daquele das nossas disciplinas irmãs, história e antropologia. É sobretudo neste domínio que, no caso da arqueologia histórica, operamos, ou deveríamos operar, com a produção das nossas disciplinas irmãs, e em que, de fato, empregamos uma série de conceitos das ciências sociais – da ideologia ao *habitus*, da teoria da ação social ao estruturalismo, da semiótica à fenomenologia – para adentrarmos e discutirmos a dinâmica e os significados dessas práticas sociais. Destaco que não estou entrando no mérito sobre o quanto que este conhecimento é objetivo ou subjetivo, pois, sobretudo pelo fato de trabalhar com uma

perspectiva recursiva entre a objetividade e a subjetividade, ou entre a motivação e a estruturação, considero ambas as categorias válidas.

CERÂMICAS, COMUNIDADES E *LUDICSCAPES*

Visando ilustrar alguns dos pontos acima discutidos, apresentarei três breves exemplos decorrentes das pesquisas arqueológicas que tenho realizado em Campos dos Goytacazes desde 2012.

Cerâmicas torneadas, estocagem e a brecha camponesa

Ao escavarmos três espaços de senzala setecentistas e oitocentistas do Colégio dos Jesuítas, um estabelecimento que chegou a ter, na virada do século XVIII para o XIX, cerca de duas mil pessoas escravizadas, nos deparamos em todas as áreas com a massiva dominação da cerâmica torneada, consistindo, sobretudo, em vasilhames de grandes dimensões, provavelmente utilizados para a estocagem de gêneros alimentares (Rezende & Symanski, 2022). Este padrão (Figura 1) reflete o revelado em pesquisas realizadas nos contextos de senzalas de plantation dos Estados Unidos e do Caribe (Bloch & Agbe-Davies, 2017; Galle, 2017). Bloch e Agbe-Davies analisaram os dados de 35 contextos de 15 plantations dos Estados Unidos, presentes no *Digital Archaeological Archive of Comparative Slavery* (DAACS, 2016). As amostras cerâmicas eram majoritariamente vinculadas com os grupos escravizados, com uma forte predominância de peças côncavas, empregadas sobretudo para a estocagem de alimentos. Galle (2017), por sua vez, usou o DAACS para analisar os dados de 97 contextos dos Estados Unidos e de 23 do Caribe, referentes a 21 plantations, observando que essa predominância de vasilhames cerâmicos evidencia a prática da manutenção, pelos escravizados, de roças próprias, cujos produtos demandavam o uso de cerâmicas para o processamento, estocagem, e transporte para o mercado (Galle, 2017, p. 274).

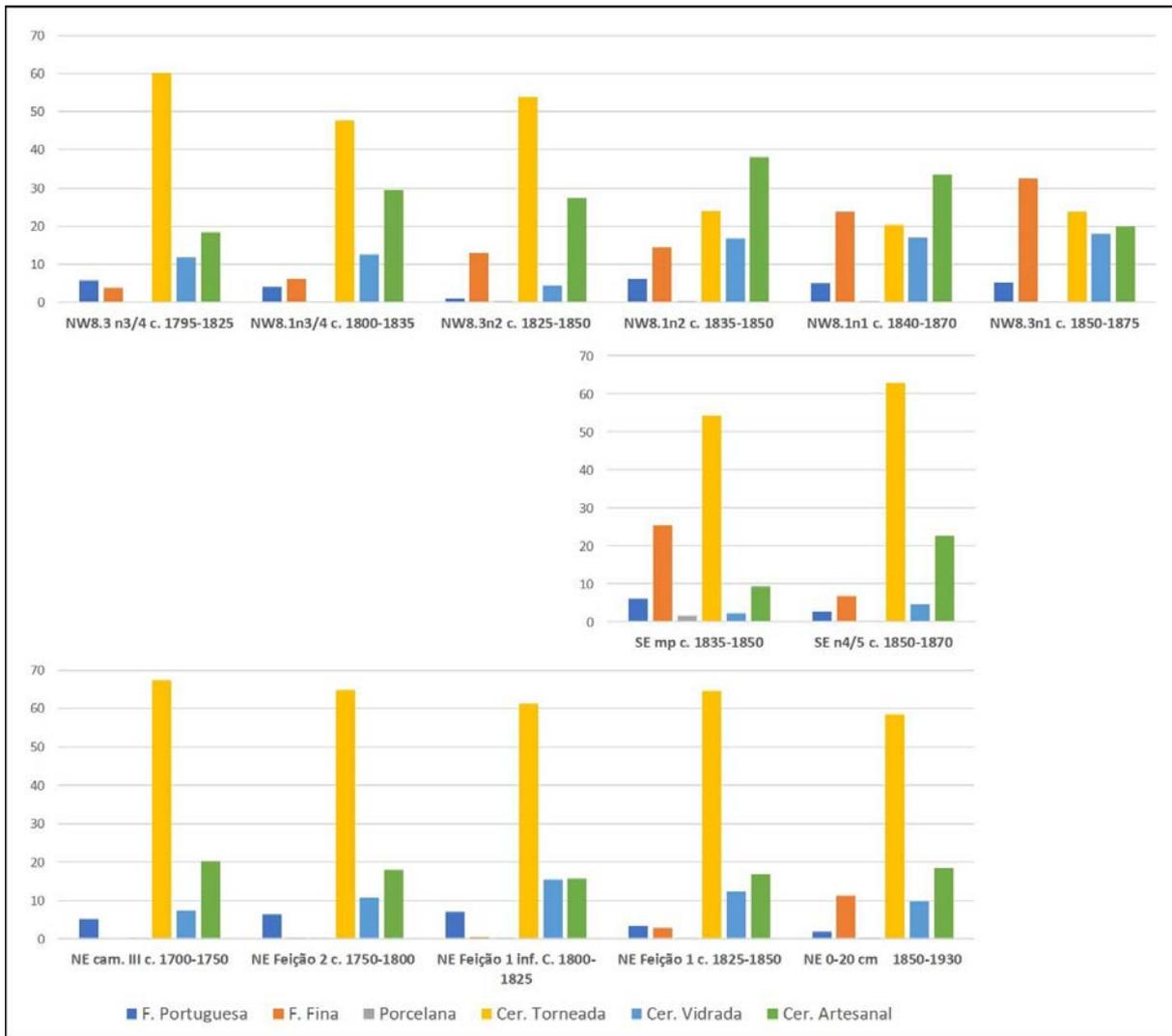


Figura 1. Gráficos com as variações cerâmicas nos contextos NE ($T = 67.919g$), SE ($T = 19.079g$) e NW ($T = 33.253g$) da senzala da Fazenda do Colégio. Elaboração: Luis Symanski.

Portanto, os contextos dos EUA e do Caribe onde este padrão foi identificado foram justamente aqueles em que vigorou o arranjo da produção agrícola interna, ou seja, aonde os proprietários concediam lotes para as pessoas escravizadas plantarem em proveito próprio, prática identificada por Ciro Flammarion Cardoso (1987) no Brasil e denominada de “brecha camponesa”. Essa brecha abria a possibilidade tanto de uma economia interna da senzala quanto de uma articulação das pessoas escravizadas com o mercado, através da venda de seus produtos. Evidências documentais demonstram que essa prática ocorreu na senzala do Colégio (Guglielmo, 2011, p. 31).

Grandes vasilhames cerâmicos são, de fato, comuns na iconografia que retrata a população escravizada e demais grupos subalternizados, no Brasil oitocentista (Figura 2). Essas cerâmicas têm, contudo, uma baixíssima visibilidade nas fontes historiográficas, contrariamente às louças importadas, conforme deixou claro uma análise comparativa realizada entre as entradas relacionadas à louça de barro e as louças finas no jornal Monitor Campista (1834-1887) e as amostras de louças e cerâmicas dos espaços de senzala da Fazenda do Colégio (Rezende e Symanski, 2022); ou seja, o material mais massivamente significativo das senzalas é o menos representado nas fontes historiográficas. Este fato, por si só, demonstra o potencial da arqueologia para

produzir um conhecimento próprio sobre a dinâmica de vida e a história desses grupos que tiveram tão poucas chances de escreverem sobre si próprios.



Figura 2. Escravizados de ganho e vasilhames cerâmicos no Rio de Janeiro. Market slaves; Charles Landseer, 1825-26; grafite sobre papel; 13,0x24,7cm (Fonte: Acervo de Iconografia/Instituto Moreira Salles).

Cerâmicas artesanais, redes de comércio e grupos subalternizados

O segundo caso diz respeito aos vasilhames cerâmicos artesanais, presentes nos espaços de senzala da Fazenda do Colégio e da Fazenda São Bento de Campos dos Goytacazes, esta última pertencente à ordem dos Beneditinos, e que chegou a contar com uma população escravizada de 681 pessoas no ano de 1868 (Gomes & Symanski, 2018, p. 230). Trata-se de uma tradição artesanal esquecida na região, pois a comunidade ceramista mais próxima (Goiabeiras, no Espírito Santo) está a 250 quilômetros de distância, impedindo o uso da homologia etnográfica – de grupos do presente diretamente descendentes das comunidades da prática do passado.

No processo inicial de análise desse material, consideramos que essas peças poderiam ter sido produzidas na própria comunidade escravizada, ou seja, seriam uma tradição artesanal local fortemente vinculada com a identidade da comunidade de senzala (Azevedo, 2019). Contudo, a análise arqueométrica de amostras dos fragmentos dessas cerâmicas em contraste com a composição das argilas locais, realizada pela equipe do Carlos Appoloni, do Laboratório de Física Nuclear Aplicada, da Universidade Estadual de Londrina, revelou que essas peças não eram locais, mas obtidas de pelo menos dois núcleos de produção, sendo que um mesmo núcleo abastecia a senzala da São Bento e do Colégio (Araújo, 2021; Araújo et al., 2023). Esses resultados objetivos da análise arqueométrica nos forçaram a nos deslocar da esfera da produção interna e de um processo de distribuição intra-comunitária desses vasilhames para a esfera do consumo, e assim, de considerar esses vasilhames artesanais como bens de consumo que entraram na senzala a partir das redes de relações desses grupos com outros grupos subalternizados, no caso em questão com comunidades ceramistas que também eram compostas por africanos, indígenas e pessoas miscigenadas, e que, nesse sentido, não foram menos relevantes para a construção identitária desses grupos. Esses vasilhames tratavam-se, de fato, do que Orser (1996) definiu,

ao discutir o caso da cerâmica *colonoware* nos Estados Unidos, de artefatos mutualistas, que dizem respeito àqueles artefatos vinculados aos grupos subalternizados pelo sistema colonial, sendo expressões das formas como esses grupos operam nas margens de um sistema que os coisifica.

Comunidades escravizadas e ludiscapes

Por fim, o último exemplo que pretendo abordar é o das fichas de jogos produzidas tendo como suporte materiais cerâmicos diversificados, como cerâmicas torneadas simples e vidradas e faianças finas. Essas fichas apresentam-se em uma diversidade de morfologias angulares (quadrangulares, losangulares e triangulares) e circulares, medindo, em média, 2,5 centímetros de diâmetro. Foram encontradas nos três espaços de senzala da Fazenda do Colégio, assim como na Fazenda São Bento, tendo sido analisadas por Karen Nascimento (2019).

A Fazenda do Colégio abrigou uma comunidade descendente da senzala até o começo dos anos 1980. Tivemos a intenção de envolver essa comunidade no processo arqueológico, incentivando essas pessoas a visitar as escavações e fazendo eventos em que discutíamos as pesquisas e apresentávamos o material que vínhamos exumando. Fernando Myashita defendeu uma dissertação de mestrado com foco nessa arqueologia comunitária (Myashita, 2017, 2019). Em seus trabalhos, Myashita focou, por um lado, na memória que essas pessoas tinham do lugar e das práticas vinculadas ao local; por outro, também direcionou suas discussões para a questão dos achados arqueológicos, buscando uma perspectivaêmica que nos ajudasse no processo interpretativo. Conseguimos assim algumas informações muito relevantes sobre o uso de vasilhames cerâmicos, incluindo designações de gênero para determinados padrões morfológicos, além de uma explicação sobre a redistribuição dos cortes pobres em carne pelo açougue da fazenda durante a primeira metade do século XX, que nos serviu para sustentar a inferência da distribuição desses cortes desde o século XVIII pelos proprietários para os grupos da senzala (Morais Júnior & Symanski, 2019).

Por outro lado, nem os membros mais antigos da comunidade descendente mantinham qualquer memória de práticas lúdicas envolvendo o uso de fichas de materiais cerâmicos reciclados; ora, essas fichas se apresentaram em grandes quantidades nos três espaços de senzala escavados do Colégio, bem como na unidade escavada da Fazenda São Bento. Consistem, assim, em evidências de práticas lúdicas que foram altamente disseminadas entre as comunidades de senzala da região.

Essas práticas muito raramente foram retratadas pelos viajantes nas Américas, como é o caso de uma ilustração de Thomas Hearne, na ilha de Antigua, Caribe, que retrata um grupo de seis crianças e jovens escravizados sentados no chão jogando fichas circulares (MacLean, 2015, p. 334). Não fugiram, contudo, do olhar minucioso de Debret, em uma cena secundária no pano de fundo de uma de suas famosas gravuras sobre o cotidiano de escravizados na cidade do Rio de Janeiro. Na cena em questão vemos dois escravizados lançando fichas angulares no chão (Figura 3).



Figura 3. Lado direito: gravura *Barbeiros ambulantes*, de Jean Baptist Debret. Lado esquerdo: detalhe da gravura, onde se observa dois escravizados jogando fichas angulares diretamente sobre o chão (Fonte: Bandeira & Lago, 2008, p. 206).

Essas fichas, portanto, remetem aos momentos opostos ao trabalho, sobretudo ao trabalho compulsório, momentos em que os escravizados se agrupavam nos espaços adjacentes às suas casas para jogar e, dessa forma, construir e fortalecer laços sociais no interior das comunidades. As fichas atuavam, assim, ativamente na constituição e manutenção dessas práticas sociais, e, por extensão, na construção de um senso de lugar alternativo ao universo opressor da plantation. Nesses agrupamentos, fichas e pessoas criavam lugares dinâmicos, paisagens lúdicas - ou *ludiscapes*, como tenho optado por chamar. Para Ingold (1993, p. 152-154), a percepção da paisagem envolve tanto a lembrança quanto o engajamento com um ambiente que é, por si próprio, impregnado com o passado, de modo que, ao vivermos em uma paisagem, esta torna-se parte de nós do mesmo modo que nós nos tornamos parte dela. Deste modo, a paisagem desenvolve-se através de um processo de temporalidade que é imanente na passagem dos eventos. Ingold (1993, p. 157-158) define por *taskscape* as atividades que as pessoas executam na paisagem como parte do processo de manutenção da vida social, dizendo respeito à totalidade das tarefas que são mutuamente agregadas. A *taskscape* consiste, portanto, em espaços socialmente construídos de atividade humana. Assim, a *taskscape* está embrenhada na paisagem, como um fenômeno natural emaranhado com o habitar das pessoas. Como um desdobramento da noção Ingoldiana mais abrangente de *taskscape*, *ludiscapes* caracterizam-se como espaços socialmente construídos em termos de práticas de socialização opostas ao trabalho, lugares onde, no caso das senzalas, essas pessoas podiam temporariamente se dissociar da opressão e violência da escravidão e criar mundos paralelos, baseados em seus ideais e em suas próprias regras de sociabilidade. Nesse sentido, as fichas, ao emaranhar-se com pessoas para criarem *ludiscapes*, atuaram como mediadoras entre o plano frontal da existência objetiva no mundo, definido por Hirsch (1995) como *foreground*, e o pano de fundo do mundo idealizado dos anseios, crenças e representações, definidos pelo mesmo autor como *background*, servindo para articular esses dois polos da experiência humana.

Infelizmente a comunidade descendente da senzala desconhecia esse material. A memória das fichas, e das práticas lúdicas que elas articulavam, foi perdida entre as gerações da Fazenda do Colégio que se sucederam entre o período final da escravidão e o século XXI. Coube assim à arqueologia recuperar essas práticas que

foram situadas no tempo da escravidão e, dessa forma, contar mais uma história de resistência e de criatividade cultural dos africanos na diáspora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, gostaria de chamar a atenção para um ponto que embora pareça pueril, é importante de ser seguidamente destacado nesses tempos em que a prática arqueológica se encontra sob o fogo cruzado disparado por membros de sua própria comunidade: trata-se do fato de que a pesquisa arqueológica tem o potencial de revelar histórias e práticas sociais do passado que deixaram de existir ou que foram tão transformadas com o passar do tempo que ganharam novas configurações que apenas remotamente se assemelham com aquelas que lhes deram origem. Nesse caso devemos reconhecer tanto o valor imprescindível quanto as limitações das informações orais. Pois, se considerarmos somente a percepção, o conhecimento, e a sensibilidade locais como determinantes, caímos na armadilha de invalidar nossa disciplina em detrimento da etnografia ou da história oral e, assim, de rejeitarmos a temporalidade e assumirmos que as percepções e estruturas de significado do presente são cristalizadas e, desse modo, se bastam para explicar o passado. Nesse sentido, sob a justificativa de uma prática que se pretende moralmente engajada, podemos acabar achatando a temporalidade e, conseqüentemente, congelando a história justamente de grupos que durante muito tempo foram ignorados ou menosprezados nas pesquisas sócio-históricas. Estaremos assim habilitando o anacronismo, que consiste na prática de explicar fatos, práticas, ideias e valores do passado com base nos valores do presente.

Cabe, por fim, lembrar que não importa o quão teoricamente revolucionários ou socialmente engajados nós nos julgemos, o registro arqueológico continuará a nos assombrar, simplesmente porque ele continuará existindo, independentemente da visão de realidade – ou mesmo de negação da existência da realidade – a qual nós nos subscrevemos. Negá-lo, ou subestimá-lo, é rejeitar a dimensão da historicidade humana e, dessa forma, a nossa própria humanidade.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C. (2021). *Estudo de cerâmicas de senzalas dos séculos XVIII e XIX de Campos dos Goytacazes – RJ por EDXRF e análise multivariada*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Física, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Araújo, C.; Appoloni, C.; Ikeoka, R.; Symanski, L. (2023). Study of ceramics from Brazilian slave quarters of the XVIII and XIX centuries by EDXRF and multivariate analysis. *Applied Radiation and Isotopes*, 191, p.1-8. doi: [10.1016/j.apradiso.2022.110560](https://doi.org/10.1016/j.apradiso.2022.110560)
- Arnold, B. (2006). ‘Arierdämmerung’: Race and archaeology in Nazi Germany. *World Archaeology*, 38 (1), p. 8–31.
- Azevedo, P. (2019). *Do barro às panelas de cozer: variabilidade das cerâmicas artesanais na senzala da Fazenda do Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes – RJ*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, p. 89-117. doi: 10.1590/S0103-33522013000200004
- Bandeira, Julio; Lago, P. (2008). *Debret e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Capivara.

- Bloch, L.; Agbe-Davies, A. (2017). "With sundry and other sorts of small ware too tedious to mention": petty consumerism on US plantations. In Heath, B./ Breen, E.; Lee, L. (Org.) *Material Worlds: archaeology, consumption, and the road to modernity* (p.119-140). Routledge: Londres e Nova York.
- Barnard. (2004). *History and Theory in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cardoso, C. (1987). *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense.
- Castañon, G. (2004). Construcionismo social: uma crítica epistemológica. *Temas em Psicologia da SBP*, 12 (1). 67-81.
- Cooke, B. (2006). Postmodernism. In Birx, J. (Org.) *Encyclopedia of Anthropology* (p. 1912-1915). Thousand Oaks: SAGE Reference, 2006.
- Fabian, J. (1983). *Time and the Other: how anthropology makes its object*. Columbia: Columbia University Press.
- Galle, J. (2017). The abundance index: measuring variation in consumer behavior in the early modern Atlantic World. In Heath, B./ Breen, E.; Lee, L. (Org.) *Material Worlds: archaeology, consumption, and the road to modernity* (p.162-191). Routledge: Londres e Nova York.
- Gomes, F. & Symanski, L. (2018). Senzalas, criouliização e cultura material: uma proposta de arqueologia histórica em fazendas escravistas, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII e XIX. In Machado, M. & Schwarcz, L. (Org.) *Emancipação, Inclusão e Exclusão: desafios do passado e do presente* (p. 215-236). São Paulo: EDUSP.
- Gosden, C. (2001). Post-colonial archaeology: issues of culture, identity and knowledge. In Hodder, I. (Org.) *Archaeological Theory Today* (p. 241-261). Cambridge: Blackwell Publishers.
- Guglielmo, M. (2011). *As múltiplas facetas do vassalo "mais rico e poderoso do Brasil": Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos dos Goytacazes (1781-1813)*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Haber, A. (2012) Tiempo de carnaval. Colonialidad de la arqueología y semiopraxis de la serpiente. *Complutum*, 23 (2). 117-126.
- Haber, A. (2013). Anatomía disciplinaria y arqueología indisciplinada. *Arqueología*, 19. 53-60.
- Hirsch, E. (1995). Landscape: between place and space. In Hirsch, E. & O'Hanlon, M. (Org.) *The Anthropology of Landscape: perspectives on place and space* (p. 1-30). Oxford: Clarendon Press.
- Hobsbawn, E. (1997). *On History*. New York: New Press.
- Ingold, T. (1993). The temporality of landscape. *World Archaeology*, 25 (2). 152-174.
- Knapp, A. (1996). Archaeology without gravity: postmodernism and the past. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 3. 127-158. doi: 10.1007/BF02232772
- Latour, B. sob o pseudônimo de Jim Johnson. (1988). Mixing humans with non-humans: sociology of a door-opener. *Social Problems*, 35. 298-310.
- Latour, B. & Woolgar, S. (1979). *Laboratory Life: the social construction of scientific facts*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Morais Junior, G. & Symanski, L. (2019). Identidades y practicas alimentarias en la comunidad esclavizada del Colégio de los Jesuítas de Campos dos Goitacazes (Rio de Janeiro). *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*, 13 (1). 33-56.
- MacLean, J. (2015). *Sheltering colonialism: the archaeology of a house, household, and white Creole masculinity at the 18th-century Little Bay Plantation, Montserrat, West Indies*. (Tese de doutorado). Boston University, Boston
- Myashita, F. (2017). *Entre jongos, memórias e cultura material: por uma etnografia arqueológica na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, RJ*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Myashita, F. (2019). Entre jongs e coisas esquecidas: por uma arqueologia da memória na Fazenda do Colégio. In Symanski, L. & Gomes, F. (Org.). *Arqueologias da Escravidão e Liberdade: senzalas, cultura material e pós-emancipação na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII a XX* (p. 193-232). Curitiba: Brazil Publishing.
- Mignolo, W. (2003). *Historias Locales/Disenos Globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- Nascimento, K. (2019). *Jogos de resistência: práticas lúdicas na senzala do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes (RJ)*. (Monografia de graduação). Departamento de Antropologia Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Orser, C. (1996). *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum Press.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificacion social. *Journal of World-Systems Research*, 11 (2). 342-386.
- Rezende, R. & Symanski, L. (2022). Olarias, escravidão e a dinâmica da produção, circulação e consumo de vasilhames cerâmicos em Campos dos Goytacazes no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, 30. 1-57. doi: 10.1590/1982-02672022v30e32
- Rizvi, U. (2008). Conclusion: archaeological futures and the postcolonial critique. In Liebman, M. & Rizvi, U. (Org.). *Archaeology and the Postcolonial Critique* (p. 197-203). Londres, Nova York: Altamira Press.
- Sayer, A. (1997). Essentialism, social constructionism, and beyond. *The Sociological Review*, 45. 453-487.
- Shanks, M. (2007). Symmetrical archaeology. *World Archaeology*, 39(4). 589-596. doi: 10.1080/00438240701679676
- Sokal, A. (2008). *Beyond the Hoax: science, philosophy and culture*. Oxford: Oxford University Press.
- Sokal, A. & Bricmont, J. (1998). *Fashionable Nonsense: postmodern intellectuals' abuse of science*. New York: Picador.
- Souza, Jessé. (2017). *A Elite do Atraso*. Rio de Janeiro: Editora Leya.
- Symanski, L. (2014). Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 2 (1). 10-39.
- Stanley, J. (2018). *Como Funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM.
- Trigger, B. (1984). Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. *Man*, 19 (3). 355-370.
- Willey, G. & Phillips, P. (1958). *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Witmore, C. (2007). Symmetrical archaeology: excerpts of a manifesto. *World Archaeology*, 39 (4). 546-562. doi: 10.1080/00438240701679411
- Witmore, C. (2014). Archaeology and the new materialisms. *Journal of Contemporary Archaeology*, 1 (2). 1-44. doi: 10.1558/jca.v1i2.1

